

Ata da 81ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em vinte e cinco de novembro de 2013, com início às nove horas e trinta e nove minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Beber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Irineu Zotti e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa; que por sua vez, pediu ao senhor segundo secretário que assim procedesse, ao que ele prontamente anuiu. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Parecer nº 680/2013 da Comissão de Segurança Pública e Trânsito favorável ao Projeto de Lei nº 207/2013. Parecer nº 681/2013 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo favorável ao Substitutivo 1, ao Projeto de Lei nº 141/2013. Parecer nº 682/2013 da Comissão de Trabalho e Legislação Social favorável ao Projeto de Lei nº 213/2013. Projeto de Lei nº 215/2013. Ofício da SEAJUR sob nº 462/2013 em resposta ao Requerimento nº 294/2013. Ofício da SEAJUR sob nº 463/2013 em resposta ao Requerimento nº 308/2013. Ofício da SEAJUR sob nº 464/2013 em resposta ao Requerimento nº 309/2013. Ofício da empresa Nelson Padovani e Cia Ltda., em resposta ao Requerimento nº 295/2013. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Rui Capelão e Paulo Porto. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente dirigiu-se ao vereador Paulo Porto, em razão de sua ausência na última sessão, e ao vereador Irineu Zotti, por ser este o seu primeiro comparecimento, para lembrar que a partir desta semana as Emendas serão protocolizadas com 24 horas de antecedência. Reafirmou que o vereador autor do projeto terá direito a 10 (dez) minutos para as suas considerações, enquanto que os demais 05 (cinco) minutos. Esclareceu que, em se tratando de projeto do executivo o líder da base fará jus a 10 (dez) minutos, assim como o líder da oposição. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** quando não houve qualquer solicitação a respeito. **ORDEM DO DIA –** Em discussão o Projeto nº 092/2013, usou da palavra o vereador Gugu Bueno, explicando que este nasceu da necessidade da CETRANS de ter legislação específica, possibilitando cobrar de modo mais eficiente os danos causados ao patrimônio público. Mencionou que permitirá cobrar num prazo de 30 dias, os prejuízos ocasionados a partir do levantamento dos custos, inclusive com inscrição na dívida ativa do município, através da cobrança judicial, se necessário. Em aparte, o vereador Claudio Gaitero parabenizou o vereador proponente pela iniciativa, mencionando a ocorrência de diversos danos ao patrimônio público da cidade, sobretudo nos finais de semanas, bem como, a prática de atos de vandalismo. Em aparte, o vereador Jaime Vasatta, elogiou o projeto por inibir o dispêndio de recursos públicos com o reparo de bens, praticados por condutores de veículos. Aventou a necessidade de incluir neste projeto, a rede elétrica e a iluminação pública, vez que são alvos frequentes de avarias. Em aparte, o vereador João Paulo cumprimentou os proponentes do projeto em apreço; ao tempo em que mencionou a ocorrência de vários acidentes de trânsito, com danos aos postes, vandalismos em praça, dentre outras

ações nefastas. Mencionou a instalação de radar como forma de reduzir acidentes e, lembrou que a sanção pecuniária é sempre efetiva, para coibir ações deletérias. Em aparte, o vereador Robertinho Magalhães deu as boas vindas ao vereador Zotti e mencionou que o projeto irá beneficiar enormemente a cidade, haja vista o furto de placas de sinalização, além de permitir o seu ressarcimento. Em aparte, o vereador Nei Haveroth comentou sobre a destruição de praças, pichação, destacando ser nobre o projeto, porque tais estragos custam caro ao povo de Cascavel. Em uso da palavra, o vereador Rui Capelão, destacou a importância do projeto, mas solicitou melhor diferenciação entre os que são causados por vandalismo e os ocasionados por acidente. Afirmou que não acreditava ser suficiente o mero boletim de ocorrência de trânsito ou da própria CETTRANS para promover a cobrança, acreditando ser necessário o boletim de ocorrência da delegacia e o relatório da CETTRANS, para maior comprovação dos danos provocados e consequente apuração do responsável. Em votação, o Projeto de Lei nº 92/2013 foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em discussão o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 161/2013, usou da palavra o vereador Claudio Gaiteiro. Afirmou que aludida comissão efetuou o aprofundamento técnico do Projeto, tendo exarado parecer contrário em face da ausência de previsão legal dos recursos. Sugeriu ao proponente do Projeto que encaminhasse na forma de indicação, hipotecando nestas circunstâncias total apoio. Acrescentou que havendo aproximadamente 65 academias ao ar livre haveria de ter profissional na área de educação física para cada uma delas, destacando não haver previsão de recursos para tanto. Aventou ainda, a possibilidade de acidente com cadeirantes e as implicações que poderiam acarretar para o profissional em questão. Em aparte, o vereador Luiz Frare mencionou a despesa vultosa para tais contratações, sendo que poderia nem haver demanda suficiente ou mesmo frequência capaz de justificar a presença do profissional da área, que forçosamente estaria ali à disposição. Em aparte, o vereador Fernando Winter mencionou a existência de projeto anterior semelhante a este, privilegiando as crianças portadora de deficiência que não estava sendo cumprido, apesar de contar com mais de 5 anos de existência, provavelmente devido ao custo. O Presidente estribado no artigo 87, parágrafo 2º do Regimento Interno, interrompeu a sessão para cumprimentar ao Deputado Osmar Serraglio, permitindo-lhe uso da tribuna por 05 (cinco) minutos para as considerações que julgasse oportuna. O deputado Osmar Serraglio, manifestou o seu contentamento em surpreender os vereadores em plena sessão. Afirmou estar em missão, vez que viera para fazer a filiação do Doutor Pascoal ao PMDB. Destacou o valor e a importância do Poder Legislativo neste momento de significativa transformação nacional, lembrando que este país será muito melhor se extinguir a corrupção. Expressou confiança na contribuição desta Casa para tornar o mundo um lugar melhor. O Presidente destacou a honra de recebê-lo, frisando ser ele sempre bem vindo. Em votação nominal o Parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamentos ao Projeto de Lei nº 161/2013, este foi mantido por 15 votos favoráveis e 05 contrários. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios, Romulo Quintino, Irineu Zotti e Walmir Severgnini. E contra o vereador: Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo e Rui Capelão. Em face da manutenção do parecer contrário ao Projeto de Lei nº 161/2013 este ficou prejudicado para a realização da

análise propriamente dita. Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 167/2013, o mesmo foi aprovado pela totalidade dos votos dos vereadores presentes. Em discussão o Projeto de Lei nº 175/2013, usou da palavra o vereador Aldonir Cabral, quando pediu o adiamento por 05 (cinco) sessões diante da necessidade de proceder algumas modificações no referido projeto. Usou da palavra o vereador Rui Capelão, questionando a motivação para tal pedido, haja vista ter recebido parecer favorável por todas as comissões pelas quais tramitou. Mencionou que o Projeto implicaria em custo e que inobstante a isto, fora aprovado pelas comissões, ao passo que outros sem onerosidade receberam parecer contrário. Questionou o seu alcance, se relativo a iniciativa privada ou apenas a esfera pública. Finalizou parabenizando o proponente pela iniciativa da retirada. Em uso da palavra, o vereador Gugu Bueno defendeu a prevalência do respeito e da tradição que sempre imperou nesta Casa de Leis. Afirmou ser direito legítimo do proponente do projeto solicitar o adiamento, a fim de proceder às alterações que entendesse serem necessárias e relevantes. Em aparte, o vereador Claudio Gaiteiro, destacou que o mencionado projeto não tramitou pela Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, entendendo que de fato não haveria esta necessidade, haja vista não envolver custo. Em aparte, o vereador Paulo Bebber ressaltou a independência do legislativo, afirmando ademais que o regimento interno contemplava a possibilidade de retirada. Em uso da palavra, o vereador Jorge Bocasanta ressaltou as várias interfaces da independência e, ressaltou que não existe projeto que não envolva geração de custos. Em aparte, o vereador Rui Capelão mencionou projeto recente que promoveu o aumento de taxa, lembrando que se não há possibilidade de efetuar despesas tampouco é possível criar receitas. O vereador Paulo Bebber, protestou veementemente e disse que aguardaria a oportunidade para fazer os esclarecimentos devidos. O Presidente advertiu o plenário, que estava em discussão o pedido de adiamento por cinco sessões do Projeto de Lei nº 175/2013 e, ato contínuo, submeteu-o a votação, sendo o mesmo acolhido pela totalidade dos vereadores presentes. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, cuja primeira inscrição foi a do vereador Rui Capelão. O vereador Rui Capelão destacou que quem estava sendo prejudicada era a população; defendendo a importância da análise isenta do projeto para evitar o seu pretense direcionamento. Ressaltou que por vezes as informações são duvidosas e propôs a discussão direta das Comissões com o proponente do projeto, antes de exarar parecer, quer fosse favorável ou contrário. Em aparte, o vereador Jorge Menegatti, pontuou que a Comissão de Justiça e Redação eventualmente, efetua emendas ao projeto, no sentido de contribuir. Assim, procede a partir de entendimento com o autor do projeto e para sanar eventuais falhas. Na condição de próximo inscrito, o vereador Paulo Porto concedeu aparte ao vereador Paulo Bebber. O vereador Paulo Bebber explicou que a partilha de cargos é natural, quando se faz coligação partidária. Explicou que sempre é efetuado um programa de governo, e o vencedor da eleição, então compartilha os cargos com o partido da coligação, dizendo ser esta uma prática natural e legal. Acrescentou também, que por reiteradas vezes os seus projetos foram rejeitados, mencionando inclusive aquele pertinente a regularização das construções; e por último aludiu aos que perderam a oportunidade de elaborar emendas, por entenderem que os valores praticados deveriam ser diferentes. Em aparte, o vereador Rui Capelão destacou que o CREA, a Associação dos Engenheiros dentre outras entidades deveriam ter sido consultadas a respeito. Em aparte, o vereador Claudio Gaiteiro, convidou a todos para audiência

pública sobre a LOA, aprazada para às 16:00 horas, deste mesmo dia. O vereador Paulo Porto solicitou a exibição de vídeo, destacando que nesta data, há 30 anos, houve o assassinato de Marçal Tupã, praticado por ruralista. Destacou que no ano de 1982, por ocasião da visita do Papa João Paulo II, Marçal Tupã advertiu que os povos indígenas estavam sendo desapropriados de suas terras. Lembrou que o ato político seria realizado nesta Casa de Leis, dia 26 de novembro, às 19:00 horas, com o comparecimento de várias entidades. Reiterou o convite a todos para prestigiarem o ato em memória desta grande liderança indígena. Parafrazeando marxista alemão, lembrou que: “se o inimigo vencer, sequer os mortos estaria a salvo”; esclarecendo que a vitória do inimigo significava a prevalência do poderio do latifundiário, daí a importância de lembrar os que morreram lutando pelos direitos daqueles que estão vivos, assim como daqueles que o sucederão. Ressaltou a importância da temática da terra no oeste do Paraná, bem como, da realização de evento em Curitiba, com a presença do Ministério Público para debater esta questão. Defendeu intervenção urgente, em Guaira, assinalando que do contrário haveria muita mortandade. Salientou a importância de discutir a questão, notadamente em razão da intolerância que se observa em Cascavel, com a construção da Casa de Passagem. Em aparte, o vereador Gugu Bueno, ressaltou a importância dos pronunciamentos do vereador Paulo Porto, asseverando que se negava a se manifestar acerca dos pronunciamentos promovidos pelo vereador Rui Capelão. Em aparte, o vereador Luiz Frare, defendeu a importância de se nortear por regras quando da apreciação de projetos, destacando que se dependesse dele as normas seriam observadas rigorosamente. Frisou que se a lei norteadora da matéria estivesse incorreta que se promovesse primeiro a sua alteração. O Presidente encerrou a presente sessão ordinária às dez horas e quarenta e sete minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrar por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário